

Cara(o) Colega,

A Geografia desenvolve-se ao longo da escolaridade obrigatória através da aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes, no sentido do desenvolvimento de competências que permitam às crianças e aos jovens uma consciência de pertença a um território, a par da promoção de uma cidadania ativa e de uma cultura para o ambiente e desenvolvimento sustentável, para a cooperação e a interculturalidade, que lhes permita intervir criticamente no ordenamento do território e ter um olhar atento no que diz respeito ao bem-estar dos povos e das nações.

Após a publicação do decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho, reafirmamos a posição da Associação de Professores de Geografia nesta fase de reflexão e organização do próximo ano letivo.

- I. **As Aprendizagens Essenciais (AE) constituem orientação curricular de base, para efeitos de planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, em cada ano de escolaridade (artigo 17.º).**

- II. **A distribuição da carga horária semanal da disciplina de Geografia não pode ser inferior a 8 tempos (sejam eles de 45 ou 50 minutos) no conjunto dos três anos do 3º ciclo do ensino básico, para dar cumprimento às AE emanadas pela tutela.**
As AE da disciplina de Geografia e as competências dos alunos a desenvolver ao longo da escolaridade obrigatória (ver PASEO) só podem ser concretizadas dignamente, de acordo com os princípios da didática específica da disciplina, com o número de tempos necessários para dar cumprimento ao desenvolvimento das competências específicas da disciplina, e limitando o número de turmas a atribuir a cada professor para um desempenho digno da profissão.

- III. **Reafirmamos a nossa objeção, tal como já fizemos no ano anterior, a que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento possa ser lecionada por outros docentes fora do Departamento de Ciências Sociais e Humanas, contrariando a matriz definida pelo próprio Ministério da Educação para o 3.º ciclo (Anexo III do referido decreto). No contexto deste decreto, caso tal não aconteça, os minutos da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento devem ser elencados ao crédito de minutos de cada escola e não retirados às Ciências Sociais.**
Assim sendo, consideramos que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento deve ser lecionada por docentes de Geografia, uma vez que estes têm uma visão de charneira entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais e por se encontrarem preparados para trabalhar as temáticas relacionadas com o futuro do nosso planeta, em termos sociais e ambientais, procurando soluções que contribuam para um desenvolvimento sustentável, inclusivo e para

1



uma cidadania ativa, tal como se encontra previsto na Estratégia Nacional para a Educação da Cidadania e Desenvolvimento.

IV. A gestão do currículo, a planificação e a prática letiva da disciplina de História e Geografia de Portugal (HGP), do 2.º ciclo do ensino básico, deve ser concretizada de forma conjunta, com professores das duas áreas do saber (Geografia e História), minimizando desta forma situações de formação deficitária do conhecimento geográfico de Portugal, do seu território, dos seus recursos naturais e humanos e suas inter-relações; assegurando a importância da matriz territorial como componente fundamental do currículo nacional do 2.º ciclo.

A identidade e a cultura alicerçam-se na diversidade da matriz territorial, quer esta seja natural, social, económica ou tecnológica. Um povo que não conheça e não estime o seu território, que é parte integrante da sua cultura e vida quotidiana, terá grande dificuldade em entender a importância da sua gestão planeada e ordenada e de nele intervir de forma cidadã.

A Educação Geográfica deve ser uma componente fundamental do currículo nacional. A Geografia é a ciência e a disciplina que se distingue e caracteriza pelo pensamento espacial, que pode ser definido como o conjunto de competências que compreende o conhecimento dos conceitos relacionados com o território, a utilização de ferramentas de representação dos fenómenos geográficos e o conjunto de processos explicativos das suas interações, numa visão multiescalar, alicerçada em destrezas de investigação e de resolução de problemas.

Num espaço geográfico que cada vez mais se contrai, em que fenómenos ambientais, populacionais, sociais, culturais, entre outros, têm causas e consequências multifacetadas que ultrapassam as fronteiras, é fundamental desenvolver uma educação geográfica que problematiza, questiona e procura equacionar cenários e inventariar soluções para as complexas situações que ocorrem no Mundo, desde as catástrofes naturais aos contrastes no desenvolvimento, passando pelas alterações climáticas, as migrações, o envelhecimento demográfico, a composição multipolar do sistema-Mundo, só para citar alguns dos temas constantes dos programas da disciplina de Geografia.

O ritmo de desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aplicadas ao território tem contribuído para transformar o acesso à informação geográfica e divulgar os procedimentos do pensamento espacial. A utilização das ferramentas Tecnologias de Informação Geográfica (TIG) é fundamental para a aprendizagem dos padrões de distribuição de diferentes fenómenos naturais e humanos. A disciplina de Geografia tem sido responsável pela introdução destes procedimentos no ensino, que são cada vez mais imprescindíveis ao cidadão comum, pelo que



o estudo da Terra e das suas formas de representação abrem horizontes para as inovações acima referidas.

Temáticas das Aprendizagem Essenciais de Geografia como, Globalização, alterações climáticas, sismos, inundações e tempestades, migrações, disparidades e conflitos sobre os recursos, entre outros, moldam muito dos aspetos das nossas vidas e das sociedades no planeta Terra. Lidar com estes temas complexos, exige um saber científico ancorado em competências-chave, tais como a capacidade de delinear estratégias de as aplicar e de as avaliar, a resiliência face às dificuldades de resolução de problemas no imediato, tendo sempre presentes valores humanistas de compreensão de si e dos outros e da importância de uma postura de cidadania ativa, que se vão alicerçando, numa aprendizagem quotidiana e ao longo da nossa vida, através de ações tão simples, como, por exemplo, sensibilizar a comunidade educativa para a necessidade de cuidarmos corretamente do nosso território.

18 de julho de 2018

A Direção da APG

